

O PAPEL SOCIAL DA IGREJA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E TRADIÇÕES RELIGIOSAS: COM O MMA/MMC/SC.

Marcelly Carnieletto Gazoni¹

Leonel Piovezana²

RESUMO

Este estudo faz reflexões sobre a temática direitos humanos, problematizado com a concepção dos membros da Igreja Católica e o início do Movimento das Mulheres Agricultoras na região de Chapecó e regionais ligadas a diocese de Chapecó/SC. Qual a construção que os membros e líderes da igreja têm sobre a cultura de direitos humanos, na construção e solidificação do movimento que culminou na garantia de muitos direitos conquistados para todas as mulheres brasileiras. A abordagem traz também a questão: como esse movimento social se funda e se organiza perante a sociedade e qual o respaldo que a igreja católica oferece a este movimento a partir dos direitos humanos e civis que rege a sociedade. Como a trajetória deste movimento conquistou direitos previdenciários que beneficiaram todas as mulheres brasileiras, através de reivindicações que ocorreram no cenário político da nação brasileira, acrescentando o valor aos produtos agrícolas de renda familiar produzido pela mulher agricultora. A conquista pela valorização do trabalho da mulher, o fim da discriminação e avanços contra a prática da violência exercida contra as mulheres, e outros seres humanos, além de observar a questão da prevenção e consciência de preservação da natureza e da vida como um todo.

Palavras Chave: Movimento. Mulheres. Agricultoras. Libertação.

1

¹ Graduada (Bacharel) em Teologia pela UNIASSELVI; Licenciada em Ciências da Religião pela UNOCHAPECÓ; Licenciada em História UNOCHAPECÓ. Pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e professora da Rede Pública de Santa Catarina, voluntária na rede colaborativa de Ensino Religioso e de Cursos de formação continuada do Ensino Religioso para professores da Educação Básica, pela UNOCHAPECÓ.

² Professor Orientador. Dr. Em Desenvolvimento Regional e coordenador do curso de Ciências da Religião da UNOCHAPECÓ.

01 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo, a construção da pesquisa de um dos muitos movimentos sociais que englobam a sociedade brasileira, a luta pelos direitos humanos e igualdade de direitos é constante, este constituiu-se também na luta pelo fim de qualquer forma de violência, que possa ser praticada contra a vida humana. Neste contexto encontramos o MMC/SC³, que constitui-se como um dos maiores movimentos sociais nacional, este abrange dezoito estados brasileiros. Este movimento é constituído basicamente por mulheres que em sua maioria são camponesas, mas que abrange também outros setores da sociedade que luta pelos direitos da mulher.

A trajetória do movimento, tem sua base na agricultura, e a luta pela libertação da mulher uma vez que esta não tinha direitos iguais aos do homem perante a sociedade brasileira. Neste sentido a mulher camponesa organiza-se de uma forma que sua voz possa ser ouvida através do MMC/SC, onde suas reivindicações são de cunhos econômicos, políticos, sociais, culturais. O movimento instiga a libertação da mulher do domínio do homem uma vez que a cultural brasileira é patriarcal, o movimento busca a libertação da mulher da intensa exploração do trabalho realizado pela mulher que exerce uma dupla jornada de trabalho, ou seja, o trabalho na lavoura e o cuidado com a casa, os filhos e o marido, sem direito a salário ou a herança.

Esta pesquisa é de importância acadêmica e social, a mesma poderá contribuir para estudos e pesquisas posteriores que poderão auxiliar novos e talvez estudos mais profundos sobre a temática. As questões aqui levantadas sobre direito humanos e políticos estão relacionados com nossos dias atuais, pois o MMC/SC, hoje MMA⁴ possui uma história de mais de vinte anos, o movimento caracteriza-se por ser autônomo, democrático, popular, de caráter feminista, e socialista. Assim observa-se a importância de estudar tal movimento que poderá contribuir tanto para a academia como para a sociedade, o mesmo poderá contribuir para uma melhor compreensão das ideologias pregadas por este movimento, bem como por outros movimentos sociais, a importância em poder distinguir a organização, os objetivos, os ideais de lutas pelo MMA, ajudará na construção de conhecimentos maiores que podem contribuir para um melhor desenvolvimento em diversas áreas da vida e do conhecimento humano.

Assim, podemos observar que o MMA exerce em nossos dias uma função social na luta pelos direitos da mulher que também constitui-se em direitos humanos, uma temática ampla e atual na sociedade atual. Este movimento social não deixou de promover personagens políticos e atuantes no cenário brasileiro que são atuantes e lutam para o reconhecimento da profissão de trabalhadora

³ MMC/SC Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina

⁴ MMA Movimento das Mulheres Agricultoras

rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos entre outras reivindicações sociais que podem beneficiar não somente a mulher do campo, como a mulher urbana e trabalhadores de uma forma geral.

O artigo em Educação em Direitos Humanos foi realizado no decorrer do curso. Contou com a construção de orientação e de fundamentação teórica, bem como pesquisas do movimento estudado e consulta de documentos oficiais; pesquisa bibliográfica; conversa com líderes, membros, simpatizantes, estudantes, professores, e estudiosos em questão, a pesquisa poderá resultar em reflexões, discussões, organizações de estudos da pesquisa desenvolvida pela acadêmica através de reuniões e participação no cotidiano do movimento. A saber que o MMA ainda continua com sua luta em favor de condições melhores de saúde, educação, moradia, e bem viver da população brasileira. O MMA ainda luta pela construção de um sociedade organizada através de políticas públicas de qualidade que visem atender aos interesses e necessidades do morador/a do campo e da cidade construindo uma sociedade mais justa e fraterna através de uma compreensão e aplicação, ou diria, vivencia dos direitos humanos que assegurem a dignidade da vida humana em na sociedade brasileira que possui uma diversidade enorme de tradições culturais devido as diferentes etnias que povoaram a nação brasileira.

02. O MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS – MMA / MMC/SC

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) é um movimento que reúne sujeitos políticos aglutinados em torno da identidade de ser mulher e de ser agricultora, à identificação e à conquista de muitos direitos historicamente a elas negados.

A questão de fundo do MMA é a luta contra a dominação, enquanto mulher, submissa no interior da unidade familiar de produção. A mulher agricultora, além de pertencer a uma classe social historicamente excluída, teve um obstáculo à participação social e política na sociedade. Seu trabalho sempre foi considerado secundário e de menor importância. A mulher agricultora está sujeita a uma dupla jornada de trabalho na lavoura, no cuidado com a casa e com os filhos. A responsabilidade com a vida doméstica dificultava sua participação em qualquer atividade pública que exigisse deslocamento, uma vez que a mesma era totalmente dependente de seu marido além de ser submissa ou praticamente inexistente com relação a opiniões e manifestação por consequência a tal submissão.

A identidade do MMA foi construída a partir da realidade de dominação vivida pelas mulheres, tanto na unidade familiar como na sociedade. O movimento surgiu com o intuito de levar até as mulheres mais autonomia, além de valorizar o trabalho realizado pelas mulheres camponesas, observa-se assim que o movimento fortalece e agrega maiores valores com relação a mulher que aos poucos vai se estabelecendo perante a comunidade como lideranças. O surgimento do MMA em Santa Catarina foi no dia 25 de julho de 1981, durante as comemorações do dia do colono, no então distrito de Itaberaba, no município de Chapecó. Essas comemorações foram organizadas e coordenadas por setores da igreja ligados à CPT⁵ e pelo movimento popular que começava a surgir, a partir de atividades pastorais desenvolvidas no interior da própria igreja católica. Com a necessidade de organizar uma chapa de oposição sindical, uma vez que a forma de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó não correspondia às necessidades e anseios dos agricultores reunidos, a igreja católica é sem sombra de dúvidas uma mola propulsora para que este movimento ganhe corpo e força no seio da sociedade, o MMA vem de encontro as necessidades dos agricultores como um todo, as reivindicações colocadas pelo movimento aborda não somente os direitos da mulher, mas também direitos do trabalhador do campo, que em consequência acaba também em beneficiar ao trabalhador e trabalhadora urbano.

Algumas mulheres levantaram a questão da impossibilidade de sindicalização da mulher agricultora, transformando numa das bandeiras importantes da chapa. Neste momento é que começa a surgir a questão da identidade da mulher uma vez que a mesma sempre foi submissa a seu marido

⁵ CPT Comissão Pastoral da Terra

pois a mesma não tem direito a voto sindical pois seu marido seria o único com direito a voto logo as tomadas de decisão são tomadas pelo homem, o que desta forma silencia a opinião da mulher. A discussão ganhou força despertando interesse das mulheres para a sua situação de submissão, que também se tornou uma das bandeiras fortes do MMA. A vitória da chapa de oposição sindical, foi a primeira vitória das mulheres e serviu de estímulo à construção do movimento, com relação as reivindicações que passaram a requerer seus direitos perante ao cenário político brasileiro. A estruturação do movimento ocorreram em 1983 com a vitória de oposição sindical, avançou a organização popular. Segundo o padre, agente de pastoral, em 1983, ocorreu um encontro. Nesse encontro se decidiu organizar, começar a reunir as mulheres agricultoras, para que essas mulheres também participassem mais da luta e tivessem uma valorização maior enquanto mulher e enquanto trabalhadora. Observamos então neste momento que o papel social da igreja católica é importante e fundamental para a valorização da mulher camponesa, pois com o apoio das CEBs⁶, o movimento era então organizado mediante uma postura progressista de ideologias visionárias perante o movimento da teologia da libertação na qual a mesma esta vivenciando neste período.

A Igreja Católica tendo uma visão de Igreja Comunitária, onde homem e mulher devem ter os mesmos direitos, exerceu papel fundamental na conscientização das mulheres agricultoras. A Paróquia de Santo Antônio, da Diocese de Chapecó, contribuiu para expandir a organização dessas mulheres. Participou das lutas, conscientizando as mulheres a se organizar nos municípios da Diocese, no grande oeste catarinense. Após a organização chegam convites de outras paróquias, outras regiões, bem como dos Estados vizinhos: Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, vindo crescer ainda mais a luta e a organização das mulheres agricultoras de Santa Catarina. (TONELLO. 1999 p. 14)

Nesse encontro se fizeram presentes 28 mulheres representantes de seis comunidades, além de vários representantes da equipe de base. O encontro se desenvolveu em 4 momentos: 1) apresentação do porquê do encontro; 2) apresentação dos presentes; 3) estudo em grupo sobre a problemática da mulher; 4) discussão sobre como continuar o trabalho e tomada de decisões nesse sentido. O encontro foi promovido pela Equipe de Base, cuja liderança era exercida principalmente por homens (líderes camponeses e agentes de pastoral), a estruturação do MMA, nos momentos iniciais, ocorreu na região, a partir do trabalho de pastoral desenvolvido pela diocese de Chapecó, o grupo que coordenou o encontro, faziam parte, pelo menos, três líderes sindicais (todos homens) e mais quatro líderes camponeses ligados à Equipe de Base (todos homens), três agentes de pastoral (dois homens e uma mulher). Não se quer com isso minimizar a importância da participação da mulher, que já se fazia sentir principalmente no espaço da igreja, pelo exercício de liderança no campo religioso. O surgimento e organização de movimentos sociais, no final dos anos 70 e início dos anos 80 foi de grande importância para a consolidação da identidade de “mulher agricultora” e

⁶ CEBs Comunidades Eclesiais de Base

para a sua organização num movimento próprio, possibilitando a participação ativa da mulher no espaço público, até então não almejado pelas mulheres, ou que outrora era exclusivamente de homens, a timidez foi cedendo espaço a coragem e a ousadia para que a mulher conquistasse seus direitos, e seu valor perante a sociedade e dentro de sua casa, e na sua propriedade junto a seu marido, acreditamos que neste momento as pioneiras tiveram que ter muita coragem para não sucumbirem as críticas que muitas vezes eram das próprias mulheres, que haviam tido uma criação de tradição patriarcal de submissão, mas como vemos hoje vinte anos após o início do movimento as lideranças continuam a se mobilizar mesmo independente da igreja, mas conquistando direitos e assegurando o valor as mulheres em sua mobilizações.

As grandes mobilizações de mulheres tornaram-se uma tradição nos últimos anos no Brasil, e a massiva presença das mesmas em manifestações, concentrações e lutas demonstram sua força política e social [...]. Essa significativa participação e expansão do MMA despertou às mulheres para os problemas sociais, assim ocupando espaços dentro da sociedade: direção de sindicatos, diretorias da Igreja, de escolas e de partidos políticos. Por isso resolvem articular suas reivindicações a nível nacional. (TONELLO. 1999 p. 27)

Desse modo conquistam junto ao Estado (direitos previdenciários, reconhecimento da profissão), e a conquista de um espaço de participação mais igualitário da mulher dentro das organizações populares e das próprias unidades de produção agrícola familiar.

A mulher é pouco lembrada na comunidade, as idéias dela não são bem aceitas. Não recebe oportunidade na diretoria. Falta lazer e lugar para lazer na comunidade. Não é valorizada na comunidade: só faz as coisas mais fáceis e simples. Em algumas comunidades não existem Clubes de Mães. Na família: é marginalizada às vezes pelo próprio marido. A tradição: ficar em casa com os filhos, trabalhando. É reprimida. Não é reconhecida nas coisas miúdas que faz e vende e o dinheiro às vezes fica com o marido. Não recebe herança como o homem (quando casa). Algumas são escravas do marido. Na sociedade: não tem aposentadoria. Nem auxílio em acidente de trabalho. A idade para aposentadoria. O atendimento médico: a mulher sofre mais com os casos de doença na família. A agricultora não recebe auxílio-natalidade (maternidade). Só tem direito de trabalhar e lutar pela sobrevivência. Na política só aparece pra votar: fora disso quase não é lembrada. Não sabe os direitos que tem, em relação ao sindicato, e outras coisas. Não participa do sindicato, nem se associa, por isso se vai não tem direito a voto. É usada como objeto de propaganda. A mulher não confia em si mesma. (Relatório do encontro de mulheres, em 1º de maio de 1983)

Nesse encontro as mulheres revelaram-se capazes de perceber, a realidade de sua marginalização, tanto na família, quanto na sociedade. Essa percepção, foi favorecida pelas atividades desenvolvidas pelas pastorais da Diocese de Chapecó. A constituição das mulheres camponesas enquanto sujeito político e social onde elas ativamente participavam a igreja, juntamente com o padre e as lideranças estas foram sendo instruídas para a luta pela classe das mulheres agricultoras. Foi na igreja e nos setores da igreja, nas CEBs, CPT e grupos de reflexão, que foram levantados questões como a transformação da relação homem/mulher, no sentido de torná-la mais igualitária. A partir desse momento as mulheres se organizaram pela luta em prol da

transformação de sua realidade. Após esse encontro ocorreram outros encontros que trataram sobre assuntos de fins sociais, políticos, familiares, tradição e educação. O movimento ganhou força e corpo com a questão de gênero e a afirmação da mulher enquanto líder do movimento e apoio da igreja e das pastorais.

Por outro lado, é importante que se reconheça que as atividades desse movimento desde os primórdios de sua formação foram todas realizadas a partir de trabalhos conjuntos entre agentes religiosos engajados, mas também a partir do esforço e engajamento de várias mulheres que não estavam passivas diante de todo o processo de mobilização política que estava ocorrendo naquela região. Até certo ponto, não há problemas em se afirmar a importância atribuída à Igreja nesse processo organizativo, até porque isso é inegável, como pode ser investigado em inúmeros estudos sobre esse tema e em relatos das pessoas que estavam ali presentes. Ocorre que, muitas vezes, o discurso que evidencia o papel da Igreja geralmente acaba ocultando o protagonismo dos outros sujeitos que participaram dos movimentos cuja instituição contribuiu para que se organizassem, no caso, as mulheres. (FREITAS, 2011, p. 12)

A CPT, as CEBs, os grupos de reflexão e os sindicatos de trabalhadores rurais tiveram uma participação importante nessa estruturação do movimento. Além disso, o apoio do SAI⁷ da Diocese de Chapecó foi decisivo. Sobretudo nos primeiros momentos, fornecendo material para estudo e reflexão nos grupos e até mesmo servindo de secretaria do movimento. Atualmente, a estrutura organizativa no movimento em nível de estado consta de: Assembléia estadual, Coordenação estadual, Executiva, Assembléias regionais, Coordenações regionais. Assembléias municipais, Coordenações municipais e Comissão municipal de mulheres.

Em 8 de março de 1984, ocorreu a primeira manifestação pública do movimento com 500 mulheres agricultoras de Chapecó e dos municípios da região, no então distrito de Itaberaba. A primeira e a mais importante atividades foi a celebração de um missa, com a temática do movimento e organizada pelas integrantes do movimento e apoiada pelo Padre Ivo. Foi forte a ligação com a questão religiosa, o cultivo da mística, principalmente através de poesia, cantos, símbolos. E sobre estes símbolos, o MMA cria sua mística de luta e transformação. Compo o hino que sempre é cantado no início de seus encontros:

Como o verde que brota intensamente em solo duro./ A mulher agricultora busca um novo futuro, futuro igualdade, justiça e certeza./ A mulher agricultora é parte da natureza, conhece a enxada, foice, e a semente, e escreve sua história neste nobre contente. Mulher agricultora heroína da terra herói sem medalha que luta sem guerra/ queremos manter a ordem e o progresso./ mas também queremos mais justiça nesta terra.

Mulher agricultora iniciando a humanidade, mostrou seu valor perante a sociedade, não tinha estudo, mas tinha a cultura./ Pois ele descobriu a primitiva agricultura./ Mostra a sua história que sempre foi escondida./ cantando hino que será esclarecida.

Mulher agricultora cultiva o chão, produz alimentos para o povo da nação./ É uma mistura de muita fé e coragem./ carregando na bagagem muitas fibras e canção. Quebrando

⁷ SAI Serviço de Assessoria de Informações

correntes, derrubando a opressão, mulher agricultora, força nobre da nação.

Mulheres que lutam da pele queimada,/ que leva adiante sua sublime jornada./ É casa, é comida, é roupa lavada, é curral, é roça, é família pra cuidar,/ é o cheiro da mata, o cantar dos passarinhos,/ mulher agricultora trabalha com carinho.

Produz o alimento, também gera vida. Mulher agricultora, tu jamais serás vencida, leva a vida/ trabalhando fazendo o progresso, sabe que aqui na terra,/ és a mão do universo. Quero que venhas comigo e cante esta canção. Queremos mais justiça, muita paz e união. (HINO DO MOVIMENTO – MMA apud TONELLO. 1999 p. 32)

O principal avanço do movimento correu com a questão da liderança feminina em diversos níveis da vida social, familiar, comunidade as quais pudera assumir o cargo na igreja como ministras, e as organizações populares sindicatos, e no espaço político institucional (legislativo). E conquistas como a aposentadoria e os direitos previdenciários.

Essa trajetória de luta consolida-se como história importante para a nação Brasileira e para as mulheres num âmbito geral, pois o movimento teve início e total apoio da diocese de Chapecó, suas campanhas sempre focaram a liberdade da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários, salário maternidade, aposentadoria, participação política entre outros, na busca pela transformação da sociedade em prol de uma vida igualitária e justa.

A partir de 8/03/2004, o MMA/SC passou a fazer parte do Movimento MMC, Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Houve todo um processo de debate e de organização, construindo com as bases este novo caráter do movimento, que culminou e foi aprovado no estado por ocasião da IVª Assembléia Estadual, realizada nos dias 20,21 e 22 de novembro de 2004, no município de Itapiranga – SC. (CADERNOS DO CEOM LUTAS PELA TERRA 2007 p. 231)

A partir de 2005, as ações e atividades realizadas pelo MMC/SC são planejadas em nível nacional e executadas nos estados, tendo em vista as diferentes realidades. Sendo assim o movimento se formou de uma iniciativa das pastorais apoiado pelo Padre Ivo e por D. José Gomes tendo um respaldo da igreja, como forma de libertação e condições de vida melhor para toda a sociedade, pois através deste movimento hoje todas as mulheres são beneficiadas pelos direitos já garantidos em lei, a principal luta do MMA constitui-se principalmente pela luta contra uma cultura capitalista patriarcal firmando-se como sua principal bandeira.

A luta central do MMC é contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. Nesse sentido, assumimos como principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos. (Movimentos da Mulheres Camponesas. Web site 2014, 15 agosto)

O MMA acaba assim, se tornando um espaço de organização e formação de luta e garantia dos direitos das mulheres como seres humanos, que podem gozar de seus direito de exercer a liberdade de poder se manifestar com relação a melhorias de saúde, educação, moradia, trabalho, e

bem viver, mediante uma sociedade democrática na qual todos podem manifestar-se pacificamente e de forma organizada em prol de reivindicações de cunho coletivo, que ocorrem através de dinâmicas e reuniões participativas da comunidade e principalmente dos membros do movimento, que valoriza o direito da mulher, bem como todos os seres humanos, a valorização da família, prevenção da vida, da saúde, da natureza entre outros direitos de valores que abarcam nossa sociedade.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi fundamentado cientificamente por pesquisas bibliográficas. O mesmo não tem por objetivo esgotar o assunto, mas aguçar mais estudos sobre tal temática, bem como contribuir com a comunidade acadêmica e social sobre as questões sociais e de direitos humanos e educacional que podem ser construídas através de maiores estudos.

Nossos estudos observaram que o Movimento das Mulheres Agricultoras tem uma história de mais de vinte anos, sua fundação principal luta são pelos direitos da mulher camponesa, e questões sociais, e de direitos humanos bem como dos animais e da terra. Neste sentido o MMA constitui seu papel social atual e atuante, objetiva quebra de paradigmas preestabelecidos pela cultura hegemônica e tradicionalista capitalista que exclui os menores e os diferentes vimos que as ideologias do movimento tem por objetivo a não exclusão seja por sexo, idade, etnia e de gênero, o movimento incorpora o sentido da seguridade de direitos e valor a vida humana uma vez que o mesmo reconhece a histórica luta da humanidade em prol dos direitos humanos.

O MMA fortaleceu-se com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras da sociedade brasileira, que através da mobilização dos mesmos conseguiram juntos através de representantes políticos eleitos pelo próprio movimento e a simpatizantes políticos direitos básicos para o bem comum da sociedade brasileira. Observou-se que no início um dos principais movimentos organizados pelas mulheres foi a luta por uma vida sem violência principalmente em casa, tais movimentos também reivindicaram o acesso as mulheres em espaços públicos como no cenário político, onde com grandes lutas travadas pelo reconhecimento e valorização do trabalho da mulheres agricultoras, foi conquistado os seguintes direitos: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria) e a participação da mulher no setor político.

4 REFERÊNCIAS

Cadernos do CEOM – Chapecó: **Argos**, 2007 n.27, 288p. 1. Brasil – História – Períodos. 2. Santa Catarina – História. I. Título.

Diocese de Chapecó. Disponível em:
<http://www.diocesechapeco.org.br/2011/index.php?link=pagina&menu=secretariado&id_conteudo=18&label=Pastorais> Acesso em 15/08/14

Freitas, Larissa Viegas de Mello; **A organização do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, Igreja e Protagonismo Político no contexto da década de 1980**. Disponível em:
<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300922635_ARQUIVO_AsMulheresAgricultorasdeSantaCatarina-ANPUH.pdf>. Acesso em 14/08/14

Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em:
<<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/46>>. Acesso em 14/08/14

POLI, Odilon. "Oeste Catarinense: Modernização, êxodo e movimentos sociais no campo. in: POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó, Editora Grifos, 1999.

TONELLO, Ademir; **O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina 1983 – 1995** Monografia de Pós. Chapecó – SC, Dez. 1999.